

Clipping Diário

TJPI



06.09.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	06.09.2018	-	-

Audidores embargam obra da nova sede do TJ-PI

Inspeção no TJ-PI

O ministro Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça, divulgou a programação de inspeções a serem realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça durante sua gestão (2018-2020). De acordo com o corregedor, a divulgação antecipada das inspeções permitirá melhor programação administrativa e orçamentária pelas áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de garantir a continuidade da realização do trabalho implementado na gestão anterior. O ministro destacou ainda que a agenda possibilitará que os tribunais, a serem inspecionados, se preparem adequadamente para prestar as informações necessárias e, até mesmo, adotem medidas tendentes a melhorar o serviço prestado, conferindo à publicação prévia um caráter "preventivo e profilático". Neste novo cronograma, o Tribunal de Justiça do Piauí será o segundo a ser inspecionado. A Corte estadual será visitada pelos membros do CNJ já no próximo mês, entre os dias 22 e 26 de outubro.



A vereadora Graça Amorim (PMB) voltou a cobrar a descentralização dos serviços cartorários em Teresina. A parlamentar lembra que o concurso já passou por todas as etapas, faltando apenas ser homologado, mas o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) tem adiado por reiteradas vezes o julgamento do mandado de segurança que está impedido a conclusão do processo de preenchimento das serventias. "É triste ver as pessoas usando as calçadas dos cartórios, em filas quilométricas, para reconhecer um documento, uma procuração, um registro, tudo em um sofrimento inaceitável", protestou a vereadora, durante pronunciamento na Câmara.

Morosidade

Na inspeção marcada para o próximo mês, o corregedor nacional de Justiça pode aproveitar a oportunidade para perguntar aos magistrados do TJ-PI o porquê de tanta demora na apreciação do mandado de segurança. A continuação do julgamento está pautada para o dia 17 de setembro próximo. Caso o tribunal decida pela continuidade do certame, a divulgação dos aprovados deve ocorrer logo em seguida.

Abordagem do Ministério do Trabalho constatou que empresa não cumpria itens de segurança

Lucas Albano
Especial para O DIA

João Magalhães
Editor

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal, interditou na manhã de ontem (5) a cons-

trução do prédio da nova sede do Tribunal de Justiça do Piauí, localizado na avenida Cajuína, no bairro São Raimundo, zona Sudeste de Teresina. A obra é no valor de R\$ 47 milhões.

De acordo com a auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, Flávia Lorena Lopes, uma visita técnica foi feita nesta terça-feira (5) à obra e foi constatado uma série de infrações ao código de segurança no trabalho.

A auditora destaca que o principal fator para o embargo é a falta de um guarda corpo ao redor do prédio, que já conta com três pavimentos construídos. "Não tinha guarda corpo, o que é o pior, o prédio tem três pavi-

mentos que estavam desprotegidos. O trabalhador poderia cair e se acidentar, levando a morte. A queda em altura é o principal fator de morte na construção civil", explica Flávia Lorena.

Além da falta de um guarda corpo, a auditora conta que existe uma série de outras irregularidades que vão contra as determinações do Ministério. "Não há um fornecimento adequado e suficiente de vestimenta de trabalho, os banheiros e vestiários estavam irregulares, não tinha cintos de segurança. Tudo isso representa um perigo grande para a saúde do empregado", revela.

Segundo o MTE, a empresa responsável pela construção

da nova sede do TJ-PI é a paranaense Oikos Construção. Cerca de 68 profissionais trabalhavam diretamente com a obra. De acordo com a auditora Flávia Lorena, a obra continuará embargada até que a Oikos cumpra com todas as medidas de segurança determinadas pelo órgão.

Contraponto

Por meio de nota, o Tribunal de Justiça disse que a empresa contratada já foi notificada para apresentar a documentação e adotar as medidas preventivas de segurança necessárias. O TJ reiterou ainda que a construção não foi totalmente embargada.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIAGP1
Cidade Verde	06.09.2018	-	-

[TJ-PI será o 2º tribunal a passar por inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça](#)

A Corregedoria Nacional de Justiça anunciou nesta quarta-feira (5), a programação de inspeções a serem realizadas durante a gestão do ministro Humberto Martins (2018-2020). O primeiro tribunal a receber os trabalhos será o Tribunal de Justiça de Sergipe, no período de 24 a 28 de setembro. Em seguida, será a vez do Tribunal de Justiça do Piauí, de 22 a 26 de outubro.

De acordo com o corregedor, a divulgação antecipada das inspeções permitirá melhor programação administrativa e orçamentária pelas áreas técnicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de garantir a continuidade da realização do trabalho implementado na gestão anterior.

O ministro destacou ainda que a agenda possibilitará que os tribunais, a serem inspecionados, se preparem adequadamente para prestar as informações necessárias e, até mesmo, adotem medidas tendentes a melhorar o serviço prestado, conferindo à publicação prévia um caráter “preventivo e profilático”.

Metodologia

Na definição do cronograma, explicou o corregedor, foram agrupados, em datas próximas, um tribunal de pequeno porte e um tribunal de médio porte, com o objetivo de possibilitar que os relatórios sejam elaborados imediatamente após as inspeções.

Também, por essa razão, foi reservado um intervalo de tempo maior entre as inspeções dos tribunais de grande porte, a fim de que os relatórios possam ser finalizados pela equipe de inspeção dentro do prazo de 15 dias previsto no Regimento Interno do CNJ.

Humberto Martins esclareceu que o cronograma apresentado abrange apenas os tribunais de justiça estaduais, porque a Corregedoria vai celebrar termos de cooperação técnica com a Corregedoria-Geral de Justiça e com a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho com a finalidade de aproveitar as inspeções feitas por esses órgãos como fonte de dados para a Corregedoria Nacional.

De acordo com o cronograma apresentado, serão realizadas, no máximo, duas inspeções por mês e a duração da visita da corregedoria não ultrapassará cinco dias.

Fonte: CNJ



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIAGP1
Rede Piauí	06.09.2018	-	-

Campanha no Tribunal de Justiça do Piauí coleta sangue para o Hemopi de Teresina

O TJ-Pi publicou portaria concedendo um dia de folga aos servidores que doarem sangue.

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), por meio do SUGESQ (Departamento de Saúde), realizou Campanha de Doação de Sangue nesta terça-feira (04/09). Participaram do evento servidores e a população em geral.

A campanha é de iniciativa da SUGESQ, NUSA e NUPEMEC, em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí - HEMOPI, com o objetivo de regularizar os bancos de sangue do Estado do Piauí.

Como forma de incentivar os servidores deste Poder Judiciário a realizarem a doação de sangue no dia da Campanha, o TJ-PI publicou a Portaria nº 2325/2018, de 20 de agosto de 2018, concedendo um dia de folga aos servidores, efetivos ou gratificados, deste Poder Judiciário, que doarem sangue na Campanha de Coleta de Sangue.

A folga deverá ser requerida com antecedência de 7 (sete) dias úteis e sua concessão ficará sujeita à conveniência e oportunidade dos trabalhos da unidade de lotação do requerente, devendo ser fruídas no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da doação de sangue.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIAGP1
GP1	06.09.2018	-	-

Erivan Lopes diz que construtora vai adotar medidas de segurança

A empresa Oikos Construções LTDA, do Paraná, é a responsável pela obra e é quem deverá fazer as adequações.



BÁRBARA RODRIGUES
TERESINA

05/09/2018 13h36 - atualizado 13h36



A assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), encaminhou ao **GPI** uma nota de esclarecimento referente ao **embargo da obra** de construção do Palácio de Justiça na cidade de Teresina.

Fiscais do Ministério do Trabalho realizaram uma fiscalização e encontraram várias irregularidades, principalmente relacionadas a falta de segurança dos trabalhadores. A empresa Oikos Construções LTDA, do Paraná, é a responsável pela obra e é quem deverá fazer as adequações.

Foto: Laura Moura/GP1



Desembargador Erivan Lopes

Na nota, o presidente do TJ-PI, o desembargador Erivan Lopes, afirmou que o embargo não aconteceu na obra completa e que os trabalhos no local continuam, destacando que "a empresa contratada foi notificada para apresentar documentação e adotar as medidas preventivas de segurança necessárias".